

UNIIND - UNIÃO INDEPENDENTE DE INDIGENISTAS DE GRUPOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

CARTA-NOTA

Nós, indigenistas atuantes nas Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI, unidos, expressamos nossa solidariedade às famílias do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips neste momento de aflição, e compartilhamos o sentimento de esperança de que a situação se resolva da melhor forma possível, com ambos sendo encontrados saudáveis e com vida, dentro das possibilidades que se apresentam.

Nos sensibilizamos principalmente por vivenciarmos todos os dias o risco de sermos os próximos, pois, infelizmente, a situação com o Bruno e o Dom é apenas mais um reflexo do que vem se agravando nas últimas décadas: **a fragilização da política indigenista aos indígenas isolados e de recente contato.**

Os dois estão desaparecidos no entorno de uma das várias Terras Indígenas que possuem atuação das Frentes de Proteção Etnoambiental – FPE, que são as Unidades da FUNAI responsáveis pela execução direta das políticas indigenistas para indígenas isolados e de recente contato, onde Bruno está atualmente lotado, apesar de licenciado. Ele inclusive chegou a chefiar a Coordenação Geral específica dessa política.

O Javari é localizado no coração da selva Amazônica, na microrregião do Alto Solimões no Estado do Amazonas, um corredor trifronteiriço de tráfico de armas e drogas disputado por facções de crime organizado por ser a principal rota de escoamento da Colômbia e Peru para o Brasil com destino à Venezuela e Nordeste, muitas vezes pontos intermediários para a Europa. Por ser um dos últimos resquícios de rica mata nativa no mundo, a área também é alvo de madeireiros, pescadores e caçadores predatórios e garimpeiros.

Mas essas características não são exclusivas do Javari. Todas as equipes das FPE's atuam visando coibir ilícitos na Amazônia Legal e proteger o direito constitucional de isolamento voluntário dos últimos grupos que assim decidiram permanecer. O respeito à decisão deles é exercido através da fiscalização e vigilância constante para preservação do meio ambiente e da realização de expedições diversas de monitoramento e localização.

Devido nossa atuação constante, nos expomos diariamente a diversas situações de risco, seja por pressão ou retaliação de criminosos quanto pelo risco intrínseco da função. No Javari, somente na última década, aconteceram diversos ataques à base e aos servidores em retaliação a apreensões e fiscalizações, inclusive resultando na morte do Maxciel dos Santos em 2019, crime que nunca teve solução.

Nos Yanomami Ye'Kwana, em Roraima, em 2010, também num caso sem resposta, perdíamos Valdez, como era conhecido o servidor José Milamar da Silva. No Envira, no Acre, por sua vez, antes que o conflito com guerrilheiros peruanos se concretizasse, para proteção dos servidores, uma Base de Proteção – BAPE foi esvaziada.

UNIIND - UNIÃO INDEPENDENTE DE INDIGENISTAS DE GRUPOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

Não suficiente os ataques externos, houve também os casos dos servidores Raimundo Batista, o Sobral, em 1997, e do Rieli Franciscato, em 2020, vitimados por quem defendiam, exercendo suas funções.

Trouxemos essas situações para expor a particularidade das atividades e demonstrar que a lista de vítimas é extensa e antiga para os conhecedores e viventes da realidade do indigenismo isolado e cediço do Estado.

Tanto a vivência profissional quanto pessoal dos trabalhadores desses locais acabam por se misturar, diante do fato dos servidores atuarem e residirem na mesma localidade dos infratores apreendidos que, devido a questões jurídicas, acabam por serem libertados rapidamente, ainda que detidos em flagrante delito.

Portanto, é comum os servidores se depararem com invasores ou seus associados em padarias, supermercados e afins. Considerando o fato de não possuímos poder de polícia ou porte legal de armas, somos obrigados a detê-los e depois ficarmos à mercê da própria sorte, como o que aconteceu com o Bruno, que foi ameaçado por sua atuação preponderante no combate aos ilícitos locais, inclusive incentivando e equipando vigilância indígena independente, sem apoio estatal.

O caso agora coberto pela mídia é mais uma consequência da desestruturação histórica da política nacional de indigenismo isolado, sucateada há décadas, findando na defasagem de aproximadamente 90% do quantitativo de servidores especializados em atividades junto à indígenas isolados e de recente contato.

Além dos servidores, os equipamentos como telefones satelitais, drones, embarcações, viaturas e outros também se mostram em quantidades aquém da ideal, apesar de imprescindíveis à modernização e otimização para atividades em regiões de tão difícil acesso.

Neste momento trágico não devemos perder a fé de que o caso irá se solucionar da melhor maneira possível, mas não podemos perder o foco da cobrança ecoada por nós há 12 anos, desde o último concurso para o cargo de atuação específica, em 2010, e que deve ser o centro do debate: as condições precárias e insuficientes para a execução dos trabalhos nas áreas de isolados.

Neste interregno denunciemos diuturnamente o descaso e desmonte da política indigenista de isolados nessas regiões, a usurpação da função de Estado pelo indigenismo de mercado, o sucateamento e precariedade das estruturas físicas, de recursos humanos e das condições de trabalho, insegurança, negligência de direitos, entre outros.

Dessas denúncias resultaram diversas articulações administrativas e Grupo de Trabalho, que restaram improdutivos. Consoante, houveram também variados inquéritos judiciais, tanto na Justiça Federal, quanto no âmbito trabalhista, dentre os quais apontou ilegalidades da FUNAI em manter seus servidores em situação análoga à escravidão e não reconhecer seus direitos, condenando a União ao pagamento de multas e indenizações.

UNIIND - UNIÃO INDEPENDENTE DE INDIGENISTAS DE GRUPOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

Neste momento, temos de cobrar não apenas uma resposta da União sobre o que aconteceu com Bruno Pereira e Dom Phillips, mas também atenção, reforço e estruturação das Unidades da FUNAI atuantes no setor de isolados e recente contato.

Vemos com muita cautela as nuances com que os debates estão sendo conduzidos. Acreditamos que devemos agir no presente estudando o passado para que futuro seja modificado e nenhuma família precise passar por momentos tão conturbados novamente.

Somente conseguiremos mudar a realidade e fazer valer os esforços desses indigenistas que de tão empenhados em suas funções acabam por perder suas vidas, se assim como eles, defendermos a estruturação e fortificação da atuação do Estado.

Sendo assim, nós, atores do indigenismo de indígenas isolados e de recente contato, pugnamos pelo debate técnico e edificante, que proporcione soluções sustentáveis e substantivos para as mazelas apresentadas.

Assim, com propostas estruturantes e que visem revitalizar a atuação Estatal, poderemos evitar mais acontecimentos como os dos diversos servidores há anos, e agora com Bruno Pereira e Dom Phillips.

Nesta senda, apresentamos alguns norteadores que entendemos ser imprescindíveis para reger os debates:

1. Renovação e ampliação dos quadros das FPE's com presença de servidores públicos e fortalecimento da política de Estado de Proteção Etnoambiental dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato;
2. Estratégia de retenção da força de trabalho nas FPE's via rotatividade de servidores de diferentes cargos, criação de atrativos como gratificação de campo, plano de carreira específico incluindo profissionalização e valorização dos trabalhos finalísticos;
3. Que a FUNAI promova concurso público efetivo para cargos de Agente de Proteção Etnoambiental (mateiros, guias conhecedores tradicionais e práticos da floresta) e Técnico de Proteção Etnoambiental - de 2 níveis - ensino fundamental e ensino médio (no lugar do cargo de Auxiliar em Indigenismo extinto pelo Decreto 10.185/19) com edital especificamente formulado pela CGIIRC, que considere critérios de seleção contemplando saberes tradicionais e experiência profissional junto à Funai, da forma como foi construído e instruído o PSS 2021 NUP 08620.006172/2021-34, motivado pela ADPF 709;
4. A concessão de poder de polícia e porte de armas institucional aos servidores, assim como fornecimento de EPI's como coletes balísticos e outros necessários para fiscalizações;
5. Reconhecimento do caráter de plantão da atividade de permanência em campo;

**UNIIND - UNIÃO INDEPENDENTE DE INDIGENISTAS DE GRUPOS ISOLADOS
E DE RECENTE CONTATO**

6. Revogação da Portaria 1.486/12 e estabelecimento de regime de folga condizente com a legislação vigente, concomitante com as normativas da FUNAI, através de sua Portaria 1.060/2020;
7. Reconhecimento e incorporação dos direitos reconhecidos judicialmente, como adicional de insalubridade quando em campo, horas extras e adicional noturno, assim como a extensão destes aos demais atores do indigenismo isolado e de recente contato;
8. Revitalização das estruturas das Bases de Proteção Etnoambiental com disponibilização de energia elétrica ininterrupta, água potável e adequação das condições mínimas de permanência, inclusive no tocante a acomodações, telefonia e acesso à internet;
9. Fornecimento de alimentação nutricional ou pecúnia para a aquisição pelos servidores;
10. Adequação, manutenção e modernização das embarcações e viaturas das FPE's;
11. Aquisição de equipamentos de vigilância e monitoramento modernos, que possam otimizar a atuação dos servidores, como câmeras remotas, drones, GPS, telefones satelitais, aparelhos de visão noturna e outros;
12. Preparação, capacitação, treinamento e profissionalização dos servidores nas diversas áreas abrangidas por suas funções;
13. Fornecimento de EPI's em quantidade e periodicidade adequados;
14. Realização dos exames quadrimestrais estabelecidos por normativa interna para a verificação e acompanhamento da saúde dos servidores das Frentes de Proteção Etnoambiental;
15. Parcerias com forças de segurança para permanência constante e ininterrupta nas Bases de Proteção Etnoambiental e no deslocamento de servidores para troca de equipes.

Ante o exposto, reiteramos nossa esperança no Estado brasileiro para agir em prol do combate à exposição, fragilidade e mortandade de seus servidores em função de suas atividades laborativas.

Repisamos, por fim, nossa expectativa e crença no encontro do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, saudáveis e com vida, assim como, nossa estima de forças e fé às famílias envolvidas.

Brasília/DF, 10 de junho de 2022.

**UNIÃO INDEPENDENTE DE INDIGENISTAS DE GRUPOS ISOLADOS E DE
RECENTE CONTATO**